



**INFORMATIVO**

**O TUIUTI**



*ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE  
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)  
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -  
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)*

**250 anos de Porto Alegre - 200 anos da Independência do Brasil - Aclamação de Dom Pedro como Imperador do Brasil, com o nome de Dom Pedro I - 180 anos das Revoluções Liberais de SP e MG - 170 anos da Batalha de Monte Caseros - 110 anos do início da Guerra do Contestado - 100 anos da Semana de Arte Moderna em São Paulo - 90 anos do início da Revolução Constitucionalista de São Paulo e Mato Grosso - 80 anos dos afundamentos de 23 navios brasileiros por submarinos alemães em diversos lugares do mundo - Declaração de Guerra do Brasil à Alemanha e à Itália - 20 anos da conquista do pentacampeonato mundial de futebol na Copa do Mundo do Japão/Coréia do Sul pelo Brasil.**

ANO 2022

Junho

Nº 404

## UMA BREVE HISTÓRIA DO HINO NACIONAL BRASILEIRO

Luiz Ernani Caminha Giorgis (AHIMTB/RS)



**E**m 1822, por ocasião da independência surgiu, por iniciativa de Dom Pedro, um hino nacional provisório. Este Hino é o da Independência, composto pelo próprio Dom Pedro I, que ficou sendo adotado como Hino Nacional até 1841.

Entretanto, uma outra obra havia sido composta em 1822 pelo compositor, maestro e professor brasileiro Francisco Manuel da Silva (Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 1795 - Rio de Janeiro, 18 de dezembro de 1865), para as comemorações da independência, com o título de Marcha Triunfal (imagem de FMS ao lado).

Por ocasião da abdicação de Dom Pedro I em favor de seu filho Dom Pedro de Alcântara, em 1831, surgiu outra composição, adaptada da anterior, somente a melodia patriótica, de autoria do mesmo Francisco Manuel da Silva, inicialmente para execução por banda de música.

Esta melodia patriótica foi a raiz do Hino Nacional Brasileiro.

O tom marcial desta versão foi atenuada pela aplicação do canto que, na verdade, teve diversas letras. Esta versão da composição foi executada em público e muito agradou o povo do Rio de Janeiro, inclusive com uma primeira letra, de autoria de Ovídio Saraiva de Carvalho e Silva. Ela passou a ser cantada com o título de "Hino ao 7 de Abril". O refrão dizia: "Os bronzes da tirania/Já no Brasil não rouquejam;/Os monstros que o escravizavam/Já entre nós não vicejam".

Esta melodia, mas não a letra, seria a base do futuro Hino Nacional Brasileiro, face à sua popularidade.

Em face disto, o Dia do Hino Nacional Brasileiro é celebrado em 13 de abril. A escolha dessa data deve-se ao fato de que, na noite do dia 13 de abril de 1831, a música do hino foi tocada pela primeira vez no Teatro São Pedro de Alcântara, Rio de Janeiro. Mas, como já foi dito, até abril de 1831, o hino considerado "nacional" era o Hino da Independência, composto pelo próprio imperador Dom Pedro I.

Por ocasião da Coroação de Dom Pedro II, em 18 de julho de 1841, Francisco Manuel compôs um outro hino, com letra, que não deve ser confundido com o primeiro, o de 7 de abril de 1831. O de 1841 permaneceu durante todo o período do Segundo Império.

Após a coroação de Dom Pedro II, o Hino de Francisco Manuel da Silva recebeu nova letra, de autor desconhecido, cujo refrão dizia "Negar de Pedro as virtudes/Seu talento escurecer/É negar como é sublime/Da bela aurora, o romper".

Mesmo sem ter sido oficializado, ele foi cantado ou tocado em solenidades oficiais e passou a ser considerado pelos usos e costumes o Hino Nacional Brasileiro.

Francisco Manuel da Silva teve seu trabalho patrocinado pelo Imperador Dom Pedro II, que se revelou um verdadeiro Mecenas. Amante da música clássica, Francisco era homem de vários instrumentos, destacando-se violino, violoncelo, órgão e piano. Discípulo do padre José Maurício Nunes Garcia, foi fundador e Diretor do Conservatório do Rio de Janeiro, que deu origem à Escola Nacional de Música. Foi autor de outros hinos, entre eles: "Hino à Coroação do Imperador D. Pedro II", (1841), "Hino a Dom Afonso" (1845) e o "Hino da Guerra" (1865), também foram da lavra de Francisco Manuel.

Francisco Manuel destacou-se no Teatro Scala em Milão, onde apresentou a obra de Carlos Gomes "O Guarani", tendo sido aplaudido por aquele exigente público. Compôs diversas partituras, mas foi o Hino Nacional Brasileiro que o imortalizou.

Em 20 de janeiro de 1890, já na República, o governo do Marechal Manuel Deodoro da Fonseca mandou realizar um concurso para um novo hino nacional brasileiro.

Neste intervalo de tempo, por falta de algo definitivo, foi adotada provisoriamente A Marselhesa, hino francês. Concluídos os trabalhos de julgamento das composições apresentadas, o Presidente optou pelo velho hino dizendo o seguinte: "Fiquemos com o velho", o de 1841, quando foi oficializada a música, não a letra, pelo Decreto nº 171, da mesma data. O decreto diz, em epígrafe: "Conserva o Hino Nacional e adota o da Proclamação da República.

32 anos depois, foi oficializada a letra do Hino, de autoria do poeta, crítico literário e professor brasileiro Joaquim Osório Duque Estrada (Vassouras, 29 de abril de 1870 - Rio de Janeiro, 5 de fevereiro de 1927) por meio do Decreto Legislativo nº 5.559, de 21 de agosto de 1922 (imagem de JODE abaixo).



A orquestração exigiu um arranjo, que foi obra do gaúcho Antônio de Assis Republicano (Porto Alegre, 15 de novembro de 1897 - Guanabara, 26 de maio de 1960), que era compositor, maestro, professor e fagotista.

Foi elaborada também uma versão de arranjo para grandes bandas marciais e sinfônicas, esta de autoria do Tenente Antônio Pinto Júnior, regente da Banda do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro. Esta orquestração foi preparada para atender a um pedido do Departamento de Guerra dos Estados Unidos ao Estado-Maior do Exército Brasileiro, em 1927. Neste ano a citada Banda sagrou-se campeã no concurso das bandas militares. A primeira gravação do Hino Nacional em disco foi efetuada em 1917.

Este é o nosso Hino atual que, dentro de quatro meses, já vai completar 100 anos.

A Constituição do Brasil estabelece no seu Artigo 13, § 1º que o Hino Nacional Brasileiro é um dos quatro símbolos oficiais da República. Os demais são a Bandeira Nacional, as Armas Nacionais e o Selo Nacional.

A interpretação da letra exige muita atenção e conhecimento, inclusive da geografia, da História do país e do idioma português, mas sobretudo é um poema que exalta a nacionalidade e o patriotismo. Vejamos:

**Ipiranga:** foi às margens do rio Ipiranga que Dom Pedro I proclamou a Independência do Brasil no dia 7 de setembro de 1822.

**Plácidas:** tranquilas, calmas, serenas.

**Brado retumbante:** grito forte que se espalha com barulho.

**Fúlgidos:** brilhante, cintilante.

**Penhor:** garantia segurança de que haverá liberdade.

**Vívido:** que tem vivacidade, intenso.

**Formoso:** bonito, lindo, belo.

**Límpido:** puro, claro, transparente; que não está poluído.

**Cruzeiro:** constelação do Cruzeiro do Sul.

**Resplandece:** que brilha, ilumina.

**Impávido:** destemido, valente, corajoso.

**Colosso:** grandes dimensões.

**Gentil:** generoso, acolhedor.

**Fulguras:** Reluzir, brilhar; despontar com importância.

**Florão:** flor de ouro.

**Garrida:** enfeitada com flores, florida, enfeitada.

**Lábaro:** bandeira.

**Ostentas:** mostra com orgulho.

**Flâmula:** bandeira.

**Clava:** um grande porrete, arma primitiva de guerra, tacape.

## Fontes:

Pedro Calmon, *História do Brasil*, volume 5;

Moacyr Flores, *Dicionário de História do Brasil*, p. 307; e

Barão do Rio Branco, *Efemérides Brasileiras*, 1999, p. 97 e 602.

[www.todamateria.com.br/hino-nacional-brasileiro/](http://www.todamateria.com.br/hino-nacional-brasileiro/)

[www.brasilescola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-do-hino-nacional-brasileiro.htm](http://www.brasilescola.uol.com.br/datas-comemorativas/dia-do-hino-nacional-brasileiro.htm)

[www.letras.com.br/francisco-manoel-da-silva/curiosidades](http://www.letras.com.br/francisco-manoel-da-silva/curiosidades)

[www.obeltrano.com.br/portfólio/o-plagio-do-hino-nacional/](http://www.obeltrano.com.br/portfólio/o-plagio-do-hino-nacional/)



# OS SOLDADOS INDÍGENAS BRASILEIROS NO FRONT DA ITÁLIA, 1944-1945

**HELTON COSTA**

Doutor em Comunicação pela Universidade Tuiuti do Paraná e coordenador do curso de Jornalismo da UniSecal. Possui estágio pós-doutoral em História e especialização em Arqueologia e Patrimônio.

**GERALDO DUARTE FERREIRA**

Jornalista em Campo Grande/MS e Relações Públicas da Associação de Veteranos da FEB – Seção Mato Grosso do Sul.

## INTRODUÇÃO

**A** FEB, contingente de 25.334 homens que cruzou o Atlântico para lutar durante a II Guerra Mundial, no norte da Itália, de 1944 a 1945, foi constituída por soldados de várias etnias, credos, culturas e camadas sociais. Entre esses soldados também havia indígenas e seus ascendentes/descendentes, que por sua vez se dividiam em outras várias etnias que compõem a vasta gama de povos originais do Brasil.

Para a historiografia e para os ramos que estudam a história militar, não é fácil fazer a diferenciação desses indivíduos em meio aos demais soldados, uma vez que, por conta do processo de colonização do país ao longo dos séculos, os sobrenomes originais que suas famílias carregavam (quando possuíam), foram substituídos por apelidos europeus, principalmente portugueses e espanhóis.

Ao longo das décadas pós-guerra, esses indígenas apareceram algumas poucas vezes na bibliografia da FEB, geralmente em uma ou duas linhas, em que ficava demonstrada a surpresa de soldados não-índios, ao se depararem com jovens vindos das aldeias do país, pegando em armas sem deixar nada a desejar a quem quer que fosse, homens iguais a eles em todos os aspectos.

Este trabalho, por meio de revisão bibliográfica, rememora os primeiros trabalhos que citaram os indígenas, tendo como exemplo aqueles que saíram do Mato Grosso do Sul, que na época ainda era Mato Grosso, para compor as fileiras de combatentes contra o nazifascismo. Traz também algumas das poucas citações sobre os indígenas que foram percebidos por outros soldados e mesmo oficiais, na campanha da Itália, registrados em crônicas e diários de campanha. Para alcançar tal objetivo, houve pesquisa no Catálogo de Teses e Dissertações da Capes (nenhum resultado), na ferramenta Google Scholar (oito resultados), no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (nenhum resultado), na Hemeroteca Digital Brasileira (um resultado) e em livros que continham informações sobre índios brasileiros naquele conflito mundial (três exemplares).

Não é um trabalho definitivo, uma vez que deixa aberta a possibilidade de novas pesquisas, tanto empíricas de campo, quanto de revisão documental nos acervos militares das unidades onde os Pracinhas da FEB serviram, para que mais indivíduos indígenas sejam identificados, e assim seja feita justiça à memória dos primeiros brasileiros, que moravam no país desde antes da chegada dos europeus e africanos.

## **A PRESENÇA INDÍGENA NO BRASIL: NÚMEROS**

Oliveira e Freire (2006, p. 21), estimam que existissem no Brasil, em 1.500, quando da invasão do país pelos europeus, 1.400 etnias/povos indígenas, que somavam entre 1,5 milhões até cinco milhões de pessoas, nas maiores contagens. Azevedo, Pagliaro e Santos (2005), fazendo uso dos dados de Stward (1949), ao citar que em 1940, a população indígena no país era de aproximadamente 500 mil pessoas. Já o último censo que identificou os indígenas brasileiros, mostrava que eles eram 896.917 pessoas, distribuídos em 240 povos, dos quais, 30% moravam em cidades, 10% em áreas rurais e os outros 60% em aldeias (IBGE, 2012).

Nos casos específicos do Mato Grosso do Sul, a etnia terena é apontada como a que mais enviou soldados para a FEB. Mas, é preciso contextualizar que esta prevalência se deve ao fato de que o quartel de Aquidauana, onde foi formado o 9º Batalhão de Engenharia, que recebeu a maioria dos soldados indígenas identificados, era área tradicional de recrutamento para os jovens que moravam nas aldeias mais ao norte do que viriam a ser terras sul-mato-grossenses (o estado só passou a existir em 1975). Na região de Aquidauana há, de fato, predominância natural dos terenas, que moravam na região desde tempos imemoriais, já tendo, inclusive, ajudado o Brasil na guerra contra o Paraguai (1864-1870), enviando seus guerreiros para a luta ao lado das tropas imperiais.

Talvez outras etnias do sul do estado, como os Guarani e Kaiowás, também tenham enviado seus filhos para a luta na Europa em 1944, porém, encontrá-los é desafiador, porque até o momento, com os dados disponíveis, não são facilmente identificáveis. No futuro, com informações dos combatentes se tornando públicas, talvez seja possível procurar por seus locais de residência entre 1942-1945 (em aldeias, acampamentos ou ocupações), e novos membros indígenas da FEB sejam identificados. E mesmo assim, o estudo será difícil, uma vez que, exatamente na década de 40, conflitos fundiários de “colonização” do extremo oeste brasileiro, faziam com que as tribos perambulasse pelo Mato Grosso do Sul ou estivessem muito isoladas no interior do território, para fugir da perseguição a qual estavam sujeitas.

Não deve ser desprezado o fato de que desde o começo da década de 1870, período posterior à guerra do Paraguai, em busca da expansão dos grandes campos de erva-mate, a companhia Mate Laranjeira promovia perseguição contínua aos indígenas ou os obrigava a servir de mão de obra barata. Tudo isso fazia com que as famílias buscassem o isolamento, que se afastassem cada vez mais dos não índios (ALMEIDA E BRAND, 2005).

Um golpe ainda mais duro foi a instalação da Colônia Agrícola de Dourados (1944-1968), que repartiu o Sul do Mato Grosso do Sul para que gente de todo o país se instalasse e ocupasse aquelas faixas de terras. No entanto, o governo não levou em consideração que ali moravam povos tradicionais, que quando não foram exterminados por colonos e empresas de loteamento, foram juntados em aldeamentos pelo próprio Estado, em uma situação que persiste até os dias atuais, onde há pobreza extrema nessas comunidades desassistidas pelo poder público em todos os pontos vitais (SILVA, 2016, p.38). Essas ponderações servem como justificativa para a predominância da etnia terena entre os soldados indígenas que serviram junto à FEB. Os terenas já estavam pela região de Aquidauana e por isso seu recrutamento foi facilitado. Sua população atualmente é de 16 mil indivíduos.

## **OS INDÍGENAS QUE FORAM PARA A SEGUNDA GUERRA**

O recrutamento de soldados nas aldeias do Mato Grosso do Sul, funcionava da mesma forma com que qualquer outro soldado. O jovem se alistava, geralmente em busca de melhores condições de vida, passava por testes de saúde e se não houvesse nenhum impedimento, era incorporado e servia por um determinado tempo, naquele quartel, daquela unidade, dentro de funções que lhe eram atribuídas. Depois podiam permanecer ou se tornavam reservistas. Portanto, não há como dizer que os soldados indígenas da FEB tiveram diferenciação quando foram chamados para as fileiras do exército. Eles não constituíam uma unidade diferenciada, como, por exemplo, os codificadores Navajos do exército americano. Eram soldados como os demais, conviviam da mesma maneira e tinham as mesmas angústias e aflições, como quaisquer outros seres humanos. O que os diferenciava dos demais, era a sua etnia e a cultura que traziam consigo, que mesmo assim, precisou ser padronizada à dos demais recrutas. A

ascendência indígena não lhes impedia de progredir na carreira militar, como bem mostra o caso de Wenceslau Ribeiro<sup>3</sup>, que ainda jovem, tendo entrado como soldado, foi promovido a cabo e 2º sargento, comandando homens em combate.

Como mostra a listagem dos soldados indígenas que foram para a FEB, a maioria deles já estava ou havia servido no 9º Batalhão de Engenharia quando a unidade embarcou para Europa e, portanto, apenas cumpriram seu dever de reservista como outros soldados na mesma situação. Há dentro do grupo que foi identificado, outros soldados indígenas que foram mandados para Infantaria e, nestes casos, eles estavam servindo, possivelmente, em Campo Grande/MS, ou em outras cidades do estado que possuíam quartéis daquela arma. Em todos os casos, os soldados tiveram a mesma rotina que os demais convocados, tendo saído de suas unidades militares de origem, chegado aos pontos de reunião, em Minas Gerais (Três Rios/Engenharia) ou Rio de Janeiro, que era a Capital Federal da época. Depois embarcaram em algum dos cinco contingentes da FEB, seguiram para a Europa e desembarcaram em Nápoles e posteriormente em Livorno. Dali, foram incorporados em Companhias e fizeram a Campanha da Itália.

## OS INDÍGENAS DA FEB; OS QUE LEMBRARAM

A primeira menção encontrada sobre os Pracinhas indígenas, no período deste estudo, data de 7 de setembro de 1985, do jornal Diário de Pernambuco, página A-12, onde aparece uma chamada “Índios participarão de desfile”. Na ocasião, três indígenas da tribo terena estavam em Brasília para participar do desfile de independência. Eram eles: Leão Vicente, na época com 63 anos; Belizário da Silva<sup>4</sup>, 66 anos e Irineu Mamede, também de 66 anos. Os três foram voluntários para guerra. Na notícia, eles relataram que haviam tido treinamento de 10 meses em Pindamonhangaba e que quem os acompanhava era o primeiro indígena terena formado em Direito, Maurício Pedro Terena. O periódico apontou ainda, que nada menos que 27 terenas teriam feito parte da FEB (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1985, p. A-12). Belizário da Silva contou emocionado ao jornalista, que lembrava que durante os ataques precisava avançar sobre o corpo dos colegas que haviam acabado de morrer. Já Leão Vicente, fraturou a perna em combate e voltou mais cedo para casa, para acabar o tratamento no Rio de Janeiro. Belizário ficou surdo ouvido direito por causa de uma bomba que estourou muito perto dele e Irineu não dizia não ter traumas físicos, porém, tinha pesadelos e assustava a mulher quando acordava à noite. O jornal registrou que “apesar de todo sofrimento e do pouco retorno que lhes valeu a experiência, os três não se arrependem”. “Vão até desfilar, hoje, no Pelotão da Força Expedicionária Brasileira, com muito orgulho” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1985, p. A-12). Ferreira (2000), 15 anos depois da primeira notícia sobre o fato, foi outro que se lembrou dos indígenas, quando publicou artigo onde abordava sobre o processo histórico que foi injusto para os índios do Mato Grosso do Sul, mesmo os seus filhos tendo se aliado ao Brasil na Guerra do Paraguai. Depois concluía que na II Guerra, outros soldados “em sua maioria terena, também contribuíram para a libertação mundial do terror nazista”. Ferreira (2000) foi quem usou pela primeira vez a expressão “Vukápanavo” (seguir em frente), que segundo ele, significava “vamos para frente Brasil”, no idioma terena. Naquela época ele escreveu que ao contrário das crônicas de Taunay sobre o conflito contra os paraguaios, em que os terenas eram citados, não acontecia o mesmo com a FEB.

No começo deste século, Ferreira (2000) dispunha dos nomes de Aurélio Jorge, Honorato Rondon, Irineu Mamede, Leão Vicente, Antônio Avelino da Silva, havendo ainda “muitos outros”. “Talvez neste século, na sua luta incansável por condições mais dignas de sobrevivência em reaver parte de suas terras, sejam lembrados como heróis que participaram de uma luta por um mundo livre”, concluía.

## A VERSÃO OFICIAL DO EXÉRCITO

Do mesmo modo que Ferreira (2000), o Centro de Comunicação Social do Exército (2015) também lembrou que a participação dos terenas na Guerra do Paraguai, não garantiu ao grupo étnico maior prestígio, defendendo que eles foram submetidos a condições precárias de vida e precisaram arumar outras ocupações que não as suas tradicionais na agricultura, tendo inclusive que trabalhar como peões de fazenda e colhedores de erva mate, no pós-guerra do Paraguai (CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO, 2015, p. 65). Os terenas são lembrados pelo Exército também como colaboradores de Cândido Mariano da Silva Rondon. Sobre a FEB, em uma visão mistificada, o Exército publicou que “[...] antes de partirem para guerra, os terenas fizeram um ritual da pajelança, ou seja, invocaram o Xamã, o protetor, que faz previsão sobre onde está o inimigo e protege seus invocadores” (CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO, 2015, p. 66). Tal visão reflete muito mais uma visão poética, estereotipada e fantasiosa do que um fato comprovado, uma vez que não há registro entre os memorialistas que escreveram sobre a Engenharia brasileira na guerra, tais quais Lima Júnior (1982), Lopes

(1981) e Lyra Tavares (1966), de que tenham sido notados rituais de pajelança nos acampamentos da FEB, até porque, os terenas que foram enviados pelo 9º Batalhão de Engenharia não estiveram juntos na mesma unidade, tendo sido divididos em Companhias e colocados em outros regimentos. Há um trecho no mesmo artigo do Centro de Comunicação Social do Exército (2015), que atesta que o lema indígena “Vukápanavo” servia como um grito de guerra e uma senha para elevar o moral. Também não há como provar tal dito, pois, como se nota, quem primeiro fez uso desta palavra indígena, foi Ferreira (2000).

O Centro de Comunicação Social do Exército (2015) não traz muitas informações sobre os soldados que foram das aldeias terenas para a Itália, porém, por meio da memória oral dos descendentes daqueles combatentes, apresenta alguns indícios que dão pistas sobre como era a vida deles antes, durante e após aquela guerra, morando na zona rural, em aldeias, trabalhando em fazendas como peões e cultivando algum pedaço de terra (JORGE, 2015 CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO, 2015, p. 66).

## OUTRAS CITAÇÕES

Outros trabalhos como o de Baltazar (2010), Sebastião (2012), Vargas (2014), Zoia, Pasuch e Peripolli (2015) e Silva (2017) mencionam a presença indígena na FEB, porém, sem ênfase. Somente o Centro de Comunicação Social do Exército (2015) e César (2017) é que dedicaram exclusivamente ao tema. No entanto, já havia vestígios da temática na bibliografia sobre a FEB. O tenente do 11º regimento de Infantaria, Cássio Abranches Viotti encontrou alguns dos indígenas da Engenharia, em uma missa em Pisa, no começo da Campanha. “Eu os encontrara [primeiro], surpreso, no navio. Tinham os dentes da frente limados em pontas, para melhor trincharem a carne”, anotou ele, na obra Crônicas de Guerra (VIOTTI, 1998, p. 64). O Tenente Túlio Campello de Souza, que foi comandante de Pelotão da 8ª Companhia do 6º Regimento de Infantaria, fala do soldado Clóvis, do Mato Grosso do Sul, que seria filho de índios Guarani, e que não tinha qualquer dificuldade em se comunicar com uma bateria de artilharia inglesa e pedir fogo em suporte aos seus colegas que estavam quase cercados em Sommocolonia, em 31/10/1944.

O padre cearense, Joaquim Dourado, capelão da FEB, conta de Oscar de Bom Despacho Corrêa, filho de pai indígena (do Mato Grosso) e de uma mãe carioca de São Gonçalo/RJ. O pai teria voltado para a aldeia no estado de origem e ele e o irmão foram criados pela mãe, tendo educação em um colégio salesiano (DOURADO, 1972, p. 238). Joaquim Dourado ficava admirado com a calma dele durante as ações do 6º Regimento, ao qual pertencia. Bom Despacho tinha ido no 4º Escalão, como substituto para o 6º, e estava feliz pela “aventura” que estava vivendo, conforme disse ao padre. “Apresentei-me voluntário. Comi fogo! Mas, fiquei sabendo como se briga. Vim para Itália. Fiz a guerra, e, se mais não briguei, é porque não vim logo no começo” (DOURADO, 1972, p. 238).

Durante pesquisa no acervo digital da Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, Costa (2020) encontrou e identificou fotos de um 2º sargento em várias imagens e ocasiões na Itália. Tratava-se de Wenceslau Ribeiro, de Nioaque, da etnia terena.

## OS SOLDADOS ENVIADOS

Cruzando os dados de César (2017), do Centro de Comunicação Social do Exército (2015), de Ferreira (2000) e Baltazar (2010), é possível chegar aos seguintes nomes de indígenas da FEB e aos respectivos autores que o identificaram:

### Nome - Unidade que serviu na FEB - Data de embarque - Autor que cita

- 1) Aurélio Jorge - 9º Batalhão de Engenharia - 02/07/1944 - Ferreira (2000); Centro de Comunicação Social do Exército (2015); César (2017); Baltazar (2010).
- 2) Honorato Rondon - 1º Regimento de Infantaria - 22/09/1944 Ferreira (2000); Centro de Comunicação Social do Exército (2015).
- 3) Leão Vicente - 1º Regimento de Obuses Autorebocados (ferido em combate) - 22/09/1944 - Ferreira (2000); Centro de Comunicação Social do Exército (2015); César (2017); Baltazar (2010).
- 4) Antônio Avelino da Silva - 9º Batalhão de Engenharia - 02/07/1944 - Ferreira (2000); Centro de Comunicação Social do Exército (2015); César (2017).
- 5) Dionísio Lulu - 9º Batalhão de Engenharia - 02/07/1944 - Centro de Comunicação Social do Exército (2015); César (2017).

- 6) Irineu Mamede - 1º Regimento de Infantaria - 23/11/1944 - Ferreira (2000); Centro de Comunicação Social do Exército (2015); Cézar (2017); Baltazar (2010).
- 7) Pedro Belizário Pereira - 11º Regimento de Infantaria - 23/11/1944 - Centro de Comunicação Social do Exército (2015); Cézar (2017).
- 8) Natalino Cardoso - 6º Regimento de Infantaria - 02/07/1944 - Centro de Comunicação Social do Exército (2015); Cézar (2017).
- 9) Wenceslau Ribeiro - 9º Batalhão de Engenharia - 22/09/1944 - Centro de Comunicação Social do Exército (2015); Cézar (2017).
- 10) Olímpio de Miranda - Não localizado (não consta na relação da FEB) - Não consta - Centro de Comunicação Social do Exército (2015); Cézar (2017).
- 11) Rafael Serra Dias - 9º Batalhão de Engenharia - 02/07/1944 - Centro de Comunicação Social do Exército (2015).
- 12) Índio morto não identificado 1 - Não localizado - Não consta - Centro de Comunicação Social do Exército (2015); Cézar (2017).
- 13) Índio morto não identificado 2 - Não localizado - Não consta - Centro de Comunicação Social do Exército (2015); Cézar (2017).
- 14) Otávio [Kadiwéu] (?) - Não localizado - Não consta - Centro de Comunicação Social do Exército (2015); Cézar (2017).
- 15) José Salvador Quevedo - 6º Regimento de Infantaria - 23/11/1944 - Cézar (2017).

Como se percebe, conforme os autores, 15 indígenas do Mato Grosso do Sul teriam feito parte da FEB, dos quais, quatro não se puderam ser identificados. No caso dos indígenas mortos em ação, levando em conta que o atual estado do Mato Grosso do Sul perdeu 10 soldados em combate e que nenhum deles foi declarado ou se declarava indígena, tal informação relatada pelo Centro de Comunicação do Exército se apresenta equivocada e só poderia ser confirmada com um exame de DNA ou por meio de informações de local de nascimento e residência (COSTA, 2018). Por isso, seria de 11 o número exato de Pracinhas indígenas sul-mato-grossenses. É um número bem menor que os 27 citados pelo Diário de Pernambuco (1985), o que por si só, já justificaria novas pesquisas sobre o tema. Outro dado que se pode extrair da tabela 1, é que conforme a data de embarque dos soldados Aurélio Jorge, Antônio Avelino da Silva, Dionísio Lulu e Rafael Serra Dias, os quatro pertenciam à 1ª Companhia do 9º Batalhão de Engenharia, uma vez que somente a companhia citada embarcou em 02/07/1944, pois, as demais partiram em 22/09/1944. Natalino Cardoso, do 6º Regimento de Infantaria, estava junto com o quarteto, no mesmo navio. Também pela data de embarque, é possível saber que Honorato Rondon e Leão Vicente eram do mesmo regimento e viajaram juntos; que Wenceslau Ribeiro era da 2ª ou da 3ª Cia do 9º Batalhão de Engenharia; e que Irineu Mamede, Pedro Belizário Pereira e José Salvador Quevedo foram no 4º escalão, tendo sido postos como substitutos de soldados que haviam sido feridos ou morrido em combate nas companhias em que foram agregados.

Quanto às localidades de moradia antes da guerra, Cézar (2017) traz uma relação completa:

Da Aldeia Bananal: Sd Dionísio Lulu, Sd Aurélio Jorge, Sd Antonio Avelino da Silva, Sd Pedro Belizário Pereira e Sd José Salvador (Quevedo); Da Aldeia Água Branca: Sd Antonio da Silva e Sd Dionísio Dulce; Da Aldeia Limão Verde: Sd Rafael Dias; De Nioaque: 2º Sgt Wenceslau Ribeiro. Sendo que sobre alguns soldados não houve consenso quanto a sua origem, considerando-se que os nomes aparecem nos textos pesquisados em duas localidades diferentes, são eles: Sd Leão Vicente: Aldeia Bananal e Aldeia Água Branca; Sd Irineu Mamede: Aldeia Bananal e Aldeia Água Branca; Sd Honorato Rondon: Aldeia Bananal e Aldeia Passarinho; Sd Antônio Avelino da Silva: Aldeia Bananal e Aldeia Pilad Rebuá; Sd Natalino Cardoso: Aldeia Bananal e Aldeia Limão Verde Também se cita que o Sd Olímpio Miranda era da Aldeia Limão Verde (Cézar, 2017, p.19).

No caso de José Salvador Quevedo, é de se destacar que conforme entrevista dada para Costa (2012), ele dizia ser de Rio Brilhante, ter servido o Exército primeiro em Campo Grande e de lá partido para o Rio de Janeiro e depois para a Itália. Isso explicaria o fato de não ter sido posto na Engenharia e sim no 1º Regimento, como outros colegas da mesma unidade militar da atual capital do Mato Grosso do Sul, que foram no 4º escalão da FEB, em 23/11/1944.

Além dos soldados de Mato Grosso do Sul, como apresentado anteriormente, conforme Dourado (1972), haveria o filho de indígena, Oscar de Bom Despacho Corrêa e o indígena Clóvis (Souza, 2001), que poderia ser tanto Clóvis Batista Barros Falcão, quanto Clóvis de Carvalho Anizaut ou Clóvis Gomes Toledo, todos do 9º Batalhão de Engenharia. Pelos dados disponíveis para consulta pública, não há como confirmar nenhum dos três. No entanto, como (Souza, 2001) fala que era um soldado da Companhia dele,



a 8ª Companhia do III Batalhão, do 6º Regimento de Infantaria, os soldados do 9º Batalhão são automaticamente descartados, deixando esta lacuna sobre quem seria o jovem filho de indígena que se entendia com os ingleses, por ocasião de Sommocolônia. Para este artigo, conforme entrevista por telefone, com familiares de Otacílio Teixeira, de Aquidauana, Mato Grosso do Sul, o jornalista Ferreira (2020) percebeu que o mesmo era filho de pai negro e mãe indígena. Otacílio serviu no 6º Regimento de Infantaria da FEB. Pelo sim e pelo não, na ausência de fontes documentais fidedignas, para este artigo ficou convencionado em 11 os indígenas identificados que compuseram o quadro de soldados da FEB na II Guerra Mundial.

## PRECONCEITO

**A** FEB foi uma das poucas unidades não segregadas entre os aliados. Isso não quer dizer que não havia preconceito. A Força era um recorte social e cultural do Brasil, então, era de se esperar que também trouxesse seus problemas, um deles, o preconceito. Especificamente quanto aos indígenas, não há relato bibliográfico, pelo menos até o momento, de que eles tenham sofrido preconceito de superiores ou de parceiros de pelotão. No entanto, Arruda (1947), Piason (1947) e Viotti (1998) citam casos em que o comando e oficiais da FEB teriam sido preconceituosos, tentando esconder soldados de pele escura no centro das colunas, em desfile em São Paulo e em guarda de honra na Itália. Em outro livro, pós-guerra, de título “Xavantes Na Itália – Ana...crônicas de Pracinhas da FEB”, de autoria de Mario Fernandes (s.d.), o termo “Xavantes”, que dá nome à obra, é usado como referência pejorativa para trapalhadas brasileiras durante a campanha, como se atos falhos fossem coisas de “Xavantes”, etnia que habita o território do Mato Grosso. Há, inclusive, ilustração de Pracinhas representados como indígenas, “saqueando” uma loja de perfumes na França. Ainda que o autor não tenha tido a intenção de ofender a etnia, pois, naquele momento histórico em que a obra foi publicada, tal atitude talvez fosse socialmente aceita, a “gíria” hoje em dia demonstra que houve uma tentativa de associar elementos negativos com a cultura indígena.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

**A** pós a revisão bibliográfica proposta, é possível dizer que pelo menos 11 indígenas compuseram as fileiras da FEB, mas, que há indícios de que pelos menos 27 terenas tenham estado na Itália (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1985). É possível dizer ainda que a etnia terena foi a que teve maior representatividade, uma vez que, como já foi dito, não é possível identificar outras etnias, de imediato, apenas com base nas listagens de nomes dos soldados da FEB. As pesquisas sugerem ainda, que de fato existiram mais indígenas dentro dos pelotões e companhias brasileiras na Itália, porém, no momento da redação deste texto, os dados sobre os mesmos são incompletos para pelo menos quatro deles.

Uma saída para que o trabalho de pesquisa fosse facilitado, seria a disponibilização por parte dos órgãos que detêm as fichas dos soldados (quartéis ou departamentos de pesquisa do exército), combinadas com as folhas de embarque ou mesmo de alistamento dos militares. Como já se passaram vários anos daquele conflito, e o material não foi classificado como sendo secreto, talvez um esforço conjunto das autoridades pudesse apresentar tais dados. No entanto, há que se levar em consideração que o Estado não pode disponibilizar informações pessoais de seus cidadãos sem autorização dos mesmos ou de seus descendentes, o que dificulta esse trabalho de pesquisa junto aos órgãos competentes. Neste caso, a própria Diretoria do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército poderia patrocinar tal pesquisa, já que são eles que detêm grande parte dos dados necessários aos estudos. Quanto ao que foi publicado sobre a participação indígena, merecem destaque os trabalhos de Ferreira (2000), por ser um dos primeiros; de Baltazar (2010), por trazer avanços; do Centro de Comunicação Social do Exército (2015), por ser mais completo; e de César (2017), por ser mais detalhado. Eles foram os primeiros a fazer mapeamento dos indígenas que de fato compuseram as fileiras da FEB. No entanto, como vimos, ainda há lacunas que precisam ser preenchidas e por conta disso, novos estudos deverão surgir nos próximos anos, com objetivo de sanar dúvidas que ainda pairam. Não são dúvidas quanto à participação indígena e sim, sobre quem eram esses homens que partiram de suas aldeias para defender o mundo contra o nazifascismo.

Torna-se importante esse tipo de investigação, não como forma de engrandecimento de uma etnia sobre outra na luta contra os regimes autoritários, mas, como forma de valorização da memória dos primeiros brasileiros, e como forma de mostrar que de fato, a FEB foi uma unidade diferenciada das demais aliadas, principalmente quanto ao convívio humano e as relações que se davam em torno das amizades e obrigações que se apresentavam no cotidiano das frações de combate que cumpriam missões naquele conflito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMADO, Luiz Henrique Eloy. Situação Jurídica das Terras Terena em Mato Grosso do Sul, v. 1, p. 11-34, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.20435/tellus.v20i41.637>. Acesso em: 29 de dez. 2020.
- AMADO, Luiz Henrique Eloy. Vukápanavo – O despertar do povo Terena para os seus direitos: movimento indígena e confronto político. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – Museu Nacional (UFRJ), Rio de Janeiro, 2019.
- ANDRADE, Delmiro P. O 11º R.I. na 2ª Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1950.
- ARRUDA, Demócrito. Depoimento dos Oficiais de Reserva sobre a FEB. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.
- BALTAZAR, Paulo. O processo decisório dos Terena. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2010.
- BRAND, Antônio; ALMEIDA, Fernando Augusto de Azambuja de. Os Kaiowá e Guarani em tempos da Cia Matte Larangeira: negociações e conflitos. ANPUH, 2005.
- CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO. Os índios terena na campanha da Itália. Verde-Oliva, Brasília, ano XLII, n. 228, p. 64-67, 1 jul. 2015.
- CEZAR, Diunes de Araújo. A participação dos índios da região de Aquidauana na Segunda Guerra Mundial: memórias de guerreiros soldados. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Antropologia e História dos Povos Indígenas) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande, 2017.
- COSTA, HELTON. Confissões do front: soldados do Mato Grosso do Sul na II Guerra Mundial. Dourados: Arandu, 2012.
- COSTA, Helton. Mato Grosso do Sul perdeu 10 soldados durante a II Guerra Mundial. Disponível em: <https://jornalismodeguerra.com/2018/01/18/mato-grosso-do-sul-perdeu-10-soldados-durante-a-ii-guerra-mundial/>. Acesso em: 30 de dez. 2020.
- COSTA, Helton. Wenceslau Ribeiro na Itália. Ponta Grossa, 29 de janeiro, 2020. Facebook. Usuário @vdevitoriabr. Disponível em <https://www.facebook.com/media/set/?vanity=vdevitoriabr&set=a.2792434704110733>. Acesso em: 30 de dez. 2020.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Os expedicionários que desfilarão hoje na cidade. Rio de Janeiro, ano XV, n. 1003, p. 3-6. Segunda Seção, 22 de agosto de 1945.
- DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Índios participarão de desfile. Recife, ano 160, n. 245, p. A-12, 7 set., 1985.
- DOURADO, Joaquim José. Estou ferido - Homens que lutaram - A Guerra acabou. Rio de Janeiro: Fortaleza, 1972.
- FERNANDES, Mario. Xavantes na Itália. Ana... Crônicas de pracinhas da FEB. S.e., s.d.
- FERREIRA, Geraldo Duarte. Vacápanavo, Brasil. Campo Grande, p. 3, 3 jun. 2000.
- FERREIRA, Geraldo. Ligação telefônica. Campo Grande, MS. Acesso em: 10 de dezembro de 2020.
- GONÇALVES, José; MAXIMIANO, Cesar Campiani. Irmãos de Armas: um pelotão da FEB na II Guerra Mundial. São Paulo: Códex, 2005.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.
- JORGE, Gedeão. CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO. Os índios terena na campanha da Itália. Verde-Oliva, Brasília, ano XLII, n. 228, p. 64-67, 1 jul. 2015.
- LIMA JUNIOR, Raul Cruz. Quebra Canela. Rio de Janeiro: BIBLIEx, 1982.
- LOPES, José Machado. O 9º Batalhão de Engenharia de combate na campanha da Itália. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1981.
- LULU, Wagner. CENTRO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DO EXÉRCITO. Os índios terena na campanha da Itália. Verde-Oliva, Brasília, ano XLII, n. 228, p. 64-67, 1 jul. 2015.
- LYRA TAVARES, Aurélio da. História da Arma de Engenharia: capítulo da FEB. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1966.
- MELLO, Newton Corrêa de. Meu diário de guerra na Itália. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947.
- NEGREIROS, Rubens Mário Brum. LIMA JUNIOR, Raul Cruz. Quebra Canela. Rio de Janeiro. BIBLIEx, 1982.
- OLIVEIRA, João Pacheco de.; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. A Presença Indígena na Formação do Brasil. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.
- PAES, Walter de Menezes. Lenda Azul: a atuação do 3º Batalhão do regimento Sampaio na Campanha da Itália. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1991-1992.
- PAGLIARO, Heloisa; AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura. Demografia dos Povos Indígenas no Brasil: um panorama crítico. Demografia dos povos indígenas no Brasil [online]. Rio de Janeiro:

Editora FIOCRUZ, 2005, pp. 11-32. Saúde dos Povos Indígenas collection. ISBN: 978-85-7541-254-1. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575412541.0002>. Acessado em: 29 de dez.2020.

PIASON, José Alfio. Depoimento dos Oficiais de Reserva sobre a FEB. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.

PISKE, Ferdinando. Anotações do Front Italiano. Florianópolis: FCC, 1984.

ROSSINI, Maria Clara. Estupro de mulheres negras e indígenas deixou marca no genoma dos brasileiros. Disponível em: <https://super.abril.com.br/ciencia/estupro-de-mulheres-negras-e-indigenasdeixou-marca-no-genoma-dos-brasileiros>. Acessado em 29 de dez. 2020.

SEBASTIÃO, Lindomar Lili. Mulher Terena: dos papéis tradicionais para a atuação sociopolítica. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3381>>. Acesso em: 30 de dez. 2020.

SILVA, Humberto Ferreira. As memórias do front: as coleções dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Walter Gomes da. A estratégia de integração do sul do estado do Mato Grosso ao território nacional durante o governo Vargas: uma análise a partir da criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados em 1943, v.31, p.26-42, 2016.

SILVEIRA, Antorildo. O Sexto Regimento de Infantaria Expedicionária (Fatos da campanha do 6º. R.I. no território da Itália). Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1946.

SOUZA, Túlio Carvalho Campelo de. Tenente-Coronel Túlio Campello deSouza. MOTTA, Aricildes de Moraes. História Oral do Exército na Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: Bibliex, v. 3, p. 75-86, 2001.

STEWART, Julian H. The native population of South America. STEWARD, J. H. (org.) Handbook of South American Indians. Washington: Government Printing Office, 1949. v.5. PAGLIARO, Heloisa; AZEVEDO, Marta Maria;

SANTOS, Ricardo Ventura. Demografia dos Povos Indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: Demografia dos povos indígenas no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, p. 11-32, 2005. Saúde dos Povos Indígenas collection. ISBN: 978-85-7541-254-1. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9788575412541.0002>. Acessado em: 29 de dez. 2020.

VARGAS, Vera Lucia Ferreira; CASTRO, Iara Quelho. Histórias e memórias reacendidas: a apropriação Terena da escola / HISTORY AND MEMORY REENLIGHTENED: the Terena's appropriation of school. Outros Tempos, vol. 12, n. 20, p. 143-157, 2015.

VIOTTI, Cássio Abranches. Crônicas de guerra: a Força Expedicionária Brasileira na Itália. Belo Horizonte: Edição do Autor, 1998.

XAVIER SILVEIRA, Joaquim da. A FEB por um soldado. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

ZOIA, Alceu; PASUCH, Jaqueline; PERIPOLLI, Odimar João. Dez anos dos índios Terena em Mato Grosso: aprendizagens de um processo migratório, conquistas e desafios. Porto Alegre, v. 9, n. 1, p. 86-104, jan./jun, 2015.



## VOCÊ SABIA?

**A** Revolução Francesa do fim do século XVIII (1789) modificou também o calendário, mas a reforma nele introduzida foi de curta duração. O ano devia começar à meia noite de 21 de setembro. Os meses eram de trinta dias, e dividiam-se em três "décadas" de dez dias cada uma. A diferença de cinco dias, e de mais uma dos anos bissextos era acrescentada no último mês do ano. Os cinco dias assim acrescentados no fim de cada ano denominavam-se Sans culottides (sem culotes) e eram consagrados à Virtude, ao Gênio, ao Trabalho, à Opinião e às Recom-pensas. O 6º dia sans culottide, acrescentado de quatro em quatro anos, chamava-se da Revolução. O período de quatro anos denominava-se Franciade, em memória dos quatro anos que tinham sido necessários para se constituir a república.

Os meses denominavam-se do modo seguinte:

**Vendémiaire** (mês da vindima), de 22 de setembro a 21 de outubro;  
**Brumaire** (mês de nevoeiro), de 22 de outubro até 20 de novembro;  
**Frimaire** (mês de chuva e neve), de 21 de novembro até 20 de dezembro;  
**Nivose** (mês de neve e gelo), desde 21 de dezembro até 19 de janeiro;  
**Pluviose** (mês de chuvas), desde 20 de janeiro até 18 de fevereiro;  
**Ventose** (mês ventoso), desde 19 de fevereiro até 20 de março;  
**Germinal** (mês da germinação), desde 21 de março até 19 de abril;  
**Floréal** (mês das flores), desde 20 de abril até 19 de maio;  
**Prairial** (mês dos prados), desde 20 de maio até 18 de junho;  
**Messidor** (mês das colheitas), desde 19 de junho até 18 de julho;  
**Thermidor** (mês do calor), desde 19 de julho até 17 de agosto; e  
**Fructidor** (mês das frutas), desde 18 de agosto até 16 de setembro.

□ Império anulou a reforma, e voltou-se em França ao calendário que está em vigor.

**Fonte: Efemérides Brasileiras, de Teixeira Soares, Tomo I.**

Acesse o novo texto do Cel Vogt: CAMISAS PERDIDAS, pelo [www.escritorcfoqt.blogspot.com.br](http://www.escritorcfoqt.blogspot.com.br)

"A história é a testemunha dos tempos, a luz da verdade, a vida da memória, a mensageira da velhice, por cuja voz nada é recomendado senão a imortalidade do orador".

*Da Oratoria, Marco Tulio Cícero*



**Editor:**

**Luiz Ernani Caminha Giorgis, Cel Presidente da AHIMTB/RS**  
**lecaminha@gmail.com**

**Sites:**

**www.ahimtb.org.br e**  
**www.acadhistoria.com.br**

**Site do NEE/CMS: www.nee.cms.eb.mil.br**

**Site do Núcleo Militar de Gramado: www.nucleo.com**

**Blog da Delegacia da AHIMTB/RS em Cruz Alta:**

**http://acadhistoriacruzalta.blogspot.com.br/**